



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1096/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1713/2014 (05 Volumes).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Polícia Militar do Estado do Amazonas -PMAM.
- 4- Exercício:** 2013.
- 5- Responsáveis:** Sr. Almir David Barbosa, Comandante-Geral e Ordenador de despesas, à época.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD/AM – Informação nº. 131/2015 (fls. 857/863).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1623/2015-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 865/866).
- 8- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Polícia Militar do Estado do Amazonas -PMAM. Exercício de 2013.

Contas regulares com ressalvas. Recomendações à Polícia Militar do Estado do Amazonas.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas a prestação de contas da Polícia Militar do Estado do Amazonas -PMAM, relativa ao exercício de 2013, sob a responsabilidade do **Sr. Almir David Barbosa**, Comandante-Geral e Ordenador de despesas, à época, nos termos do art. 1.º, II, c/c o art. 58, “a”, da Lei n.º 2.423/96 e art. 11, III, “a”, item 2, da Resolução TCE/AM n.º 04/02.

9.2- Recomendar à Polícia Militar do Estado do Amazonas que:

9.2.1- verifique por meio de técnicos especializados a autenticidade e coerência dos documentos apresentados por licitantes.

9.2.2- observe os procedimentos licitatórios, conforme determinam os artigos da Lei nº 8.666/93, evitando a dispensa de licitação.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 1096/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: EC2AD405-22DE300B-1F64B45D-502F84E3